

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE**

**TEXTO PARA DISCUSSÃO
Nº 74**

PERFIL DE GÊNERO NO CEARÁ*

Vitor Hugo Miro¹
Daniel Cirilo Suliano²

**Fortaleza-CE
Fevereiro/2010**

¹ Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC/IPECE.

² Analista de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC/IPECE.

* Os analistas conferem um agradecimento a diretora geral do IPECE, Eveline Barbosa Silva Carvalho, pelos comentários e apontamentos.

Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Desirée Custódio Mota Gondim – Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Eveline Barbosa Silva Carvalho – Diretora Geral

A Série textos para Discussão do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) tem como objetivo a divulgação de estudos elaborados ou coordenados por servidores do órgão, que possam contribuir para a discussão de temas de interesse do Estado. As conclusões, metodologia aplicada ou propostas contidas nos textos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não exprimem, necessariamente, o ponto de vista ou o endosso do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, da Secretaria de Planejamento e Gestão ou do Governo do Estado do Ceará.

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará é uma autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará que tem como missão disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAG – 2º andar

60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

www.ipece.ce.gov.br

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

ISSN: 1983-4969

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas informações estatísticas diferenciando a condição de gênero das pessoas. Intitulado “Perfil de Gênero no Ceará”, o estudo utiliza informações da PNAD para um período de dez anos – de 1998 a 2008 – para apontar algumas diferenças nas trajetórias de variáveis demográficas, educacionais, de emprego e renda entre homens e mulheres cearenses.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| 1. Introdução | 5 |
| 2. Aspectos demográficos | 6 |
| 3. Educação..... | 9 |
| 3.1. Escolaridade média, 9 | |
| 3.2. Analfabetismo, 11 | |
| 3.3. Ensino superior, 14 | |
| 4. Trabalho e Emprego..... | 16 |
| 4.1. Taxa de Participação, 16 | |
| 4.2. Taxa de Ocupação, 18 | |
| 4.3. Desemprego, 19 | |
| 4.4. Salário Médio Real, 21 | |
| 5. Renda e Pobreza | 23 |
| 6. Considerações finais | 28 |

1. Introdução

O estudo dos gêneros vem se mostrando cada vez mais importante principalmente a partir das mudanças sociais no mundo desde o pós-guerra. Atrelado a isso, a inserção da mulher no mercado de trabalho acarretou alterações na formação familiar, na medida em que elevou o padrão de vida decorrente do maior nível de renda possibilitando, assim, um maior grau de independência à população feminina.

Apesar dos avanços, vários estudos vêm ainda demonstrando que ainda persistem diferenças salariais entre homens e mulheres. Dentro deste contexto, uma análise do perfil de gênero como forma de observar diferenças em termos de características observadas de homens e mulheres torna-se indispensável no âmbito das políticas públicas. Por exemplo, será que alguns atributos produtivos, como capital humano, apresentam diferenças significativas entre homens e mulheres? Será que o mercado de trabalho remunera de forma diferenciada pessoas somente por pertencerem a sexo distintos?

Outra questão pertinente se dá em decorrência da fase reprodutiva das mulheres bem como sua formação familiar. Como se sabe, em determinado período de sua vida produtiva, as mulheres alocam seu tempo para reprodução e formação familiar, diferentemente dos homens, que em geral não precisam alocar seu tempo de forma semelhante. Essas idiosincrasias por gênero acabam, por assim dizer, produzindo reações distintas dentro e fora do mercado de trabalho o que acaba refletindo em diferenças entre homens e mulheres.

De maneira geral, este trabalho irá procurar descrever diferenças e semelhanças entre os gêneros no tocante a diversos aspectos tais como: demografia, educação, trabalho e emprego, renda e pobreza além de outros fatores correlacionados.

A partir desta análise preliminar, poder-se-á diagnosticar quais fatores são ainda persistentes nas diferenças entre homens e mulheres e em que medida políticas públicas específicas poderiam dirimir estas diferenças.

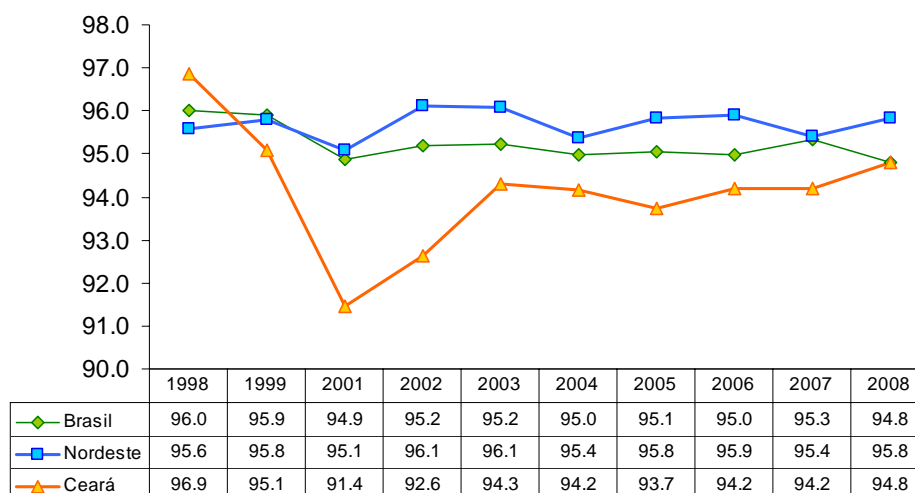
Os dados para esta análise são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compreendendo o período de 1998-2008.

2. Aspectos demográficos

Sendo tema central do presente trabalho as diferenças de gênero podem começar a ser observadas já nos aspectos demográficos. Indicadores como a razão de sexos, a estrutura etária e a razão de dependência serão apresentados nesta seção.

A razão de sexo expressa o número de pessoas do sexo masculino para cada 100 pessoas do sexo feminino. No Estado do Ceará, em 2008, esta medida era de 94,8 homens para cada 100 mulheres, valor idêntico ao observado para o Brasil. Apesar de algumas oscilações a razão de sexo apresenta-se estável nos últimos anos.

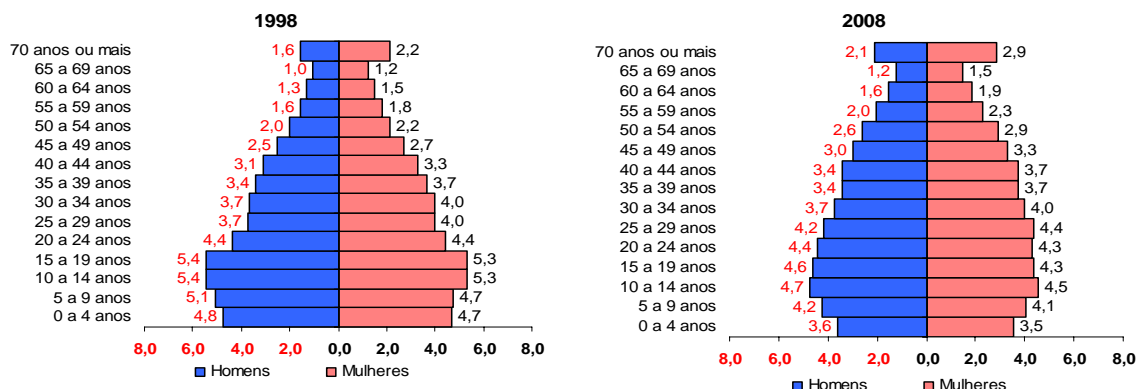
Gráfico 1.1: Ceará - Razão de Sexos



Fonte: IBGE/PNAD

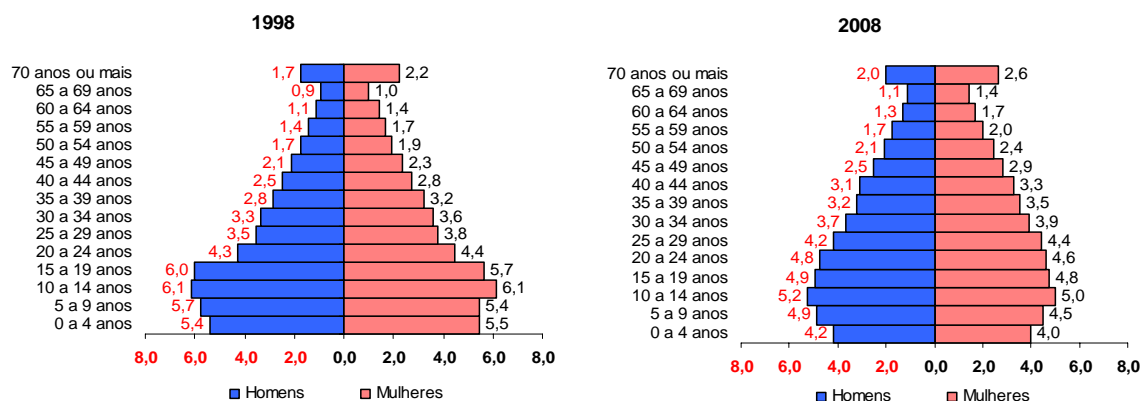
A maior alteração demográfica na população cearense nos últimos anos foi a mudança etária, principalmente, na base da distribuição etária. A pirâmide etária é uma representação gráfica da distribuição (relativa ou absoluta) de faixas etárias e sexos de uma determinada população e possibilita a observação deste fato.

Gráfico 1.2: Brasil – Pirâmide Etária da População Cearense – 1998 e 2008



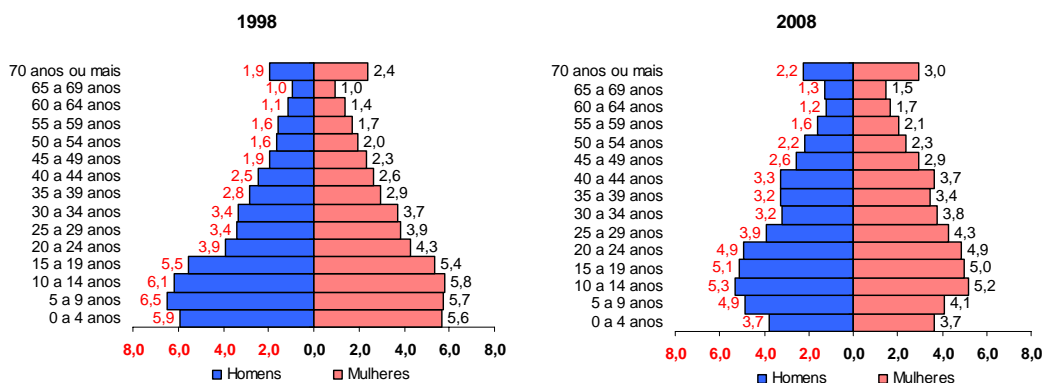
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 1.3: Nordeste – Pirâmide etária da População Cearense – 1998 e 2008



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 1.4: Ceará – Pirâmide etária da População Cearense – 1998 e 2008



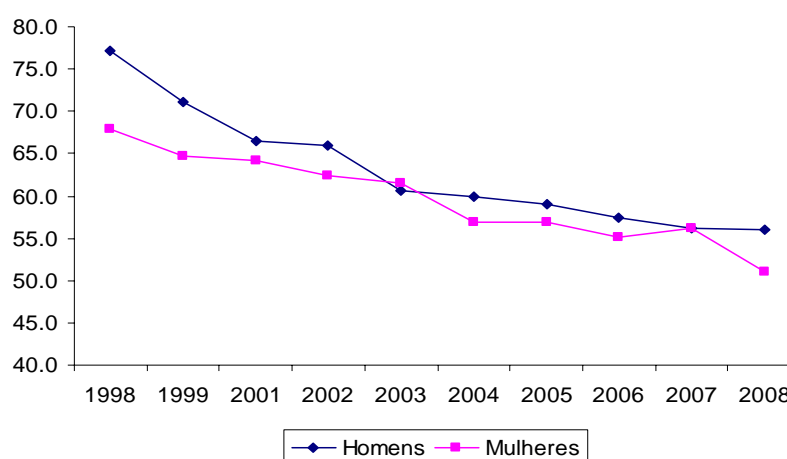
Fonte: PNAD/IBGE.

Um indicador importante na observação das alterações na distribuição etária da população é a razão de dependência. A razão de dependência é um indicador demográfico bastante utilizado para fins de análise socioeconômica (IBGE, 2009) e expressa a proporção de pessoas em idade potencialmente inativa de uma população, em relação à população em idade potencialmente ativa ou disponível para as atividades econômicas.

A razão de dependência para o Ceará sofreu reduções na última década para ambos os sexos. Em 1998 a razão de dependência para os homens era de 77.1, enquanto que para as mulheres era de 67.8. Em 2008 a razão de dependência para homens e mulheres eram respectivamente 55.9 e 51, também indicando que as diferenças se reduziram ao longo do período.

O principal fato refletido pela redução da razão de dependência é a transição demográfica enfrentada pelo país nos últimos anos caracterizada pela elevação da população idosa e redução dos níveis de fecundidade e o decréscimo do contingente de jovens. Em combinação com estes fatos que afetam a proporção de inativos, a proporção de pessoas ativas aumentou em decorrência da incorporação de gerações provenientes de épocas de alta fecundidade à condição de atividade, o que ajuda a justificar a trajetória decrescente.

Gráfico 1.5: Ceará - Razão de Dependência



Fonte: PNAD/IBGE.

3. Educação

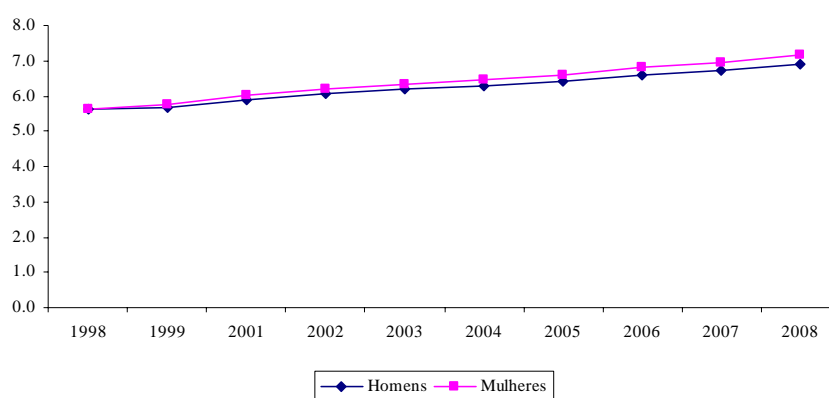
A educação continua sendo um tema que instiga um grande debate dentro da economia brasileira. Isso porque por um longo tempo este foi um tema deixado de lado no âmbito da economia política, mas que recentemente, principalmente devido à competitividade internacional, tem sido colocado como uma das prioridades básicas.

De fato, a educação reflete-se em vários fatores da vida social, como a escolha de um melhor candidato em períodos eleitorais, melhor qualidade da mão-de-obra para as empresas, um maior senso de responsabilidade ambiental, etc.

3.1. Escolaridade média

Os Gráficos 3.1, 3.2 e 3.3 apresentam a evolução da média de anos de estudos para toda a série considerando as áreas geográficas do Brasil, Nordeste e Ceará. No que consta, o Brasil, apesar de apresentar também uma média baixa, está em uma situação melhor que o Nordeste e o Ceará tanto em termos de evolução como também em termos de média.

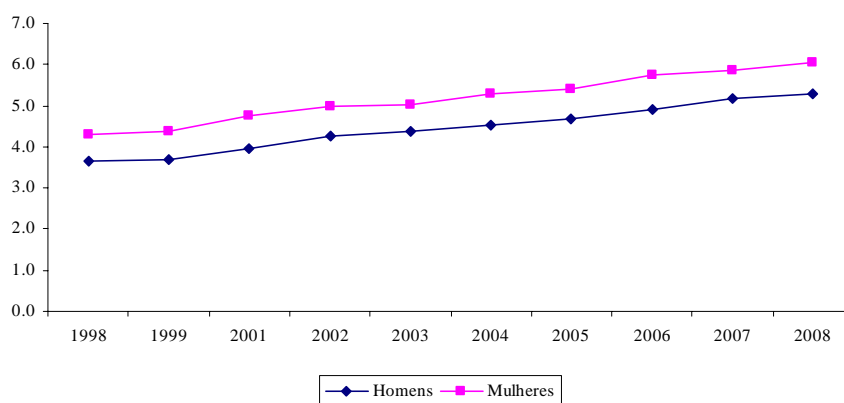
Gráfico 3.1: Brasil – Escolaridade Média de Adultos – 25 anos ou mais (em anos de estudo)



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.2: Nordeste – Escolaridade Média de Adultos – 25 anos ou mais (em anos de estudo)

Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.3: Ceará – Escolaridade Média de Adultos – 25 anos ou mais (em anos de estudo)

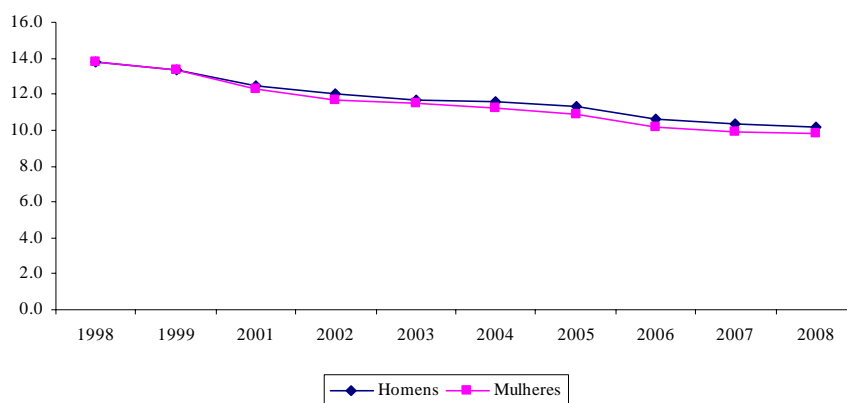
Fonte: IBGE/PNAD

Além disso, os dados também mostram que a média de escolaridade das mulheres, em qualquer situação geográfica, é superior a dos homens. Em se tratando de mercado de trabalho, esses dados são de extrema relevância na medida em que os salários dos homens são maiores que os salários das mulheres. De fato, diversos estudos têm demonstrado que apesar da maior homogeneização salarial de homens e mulheres, ainda são persistentes os diferenciais em favor destes primeiros. Assim, apesar de as mulheres terem maior escolaridade, seus salários são menores.

3.2. Analfabetismo

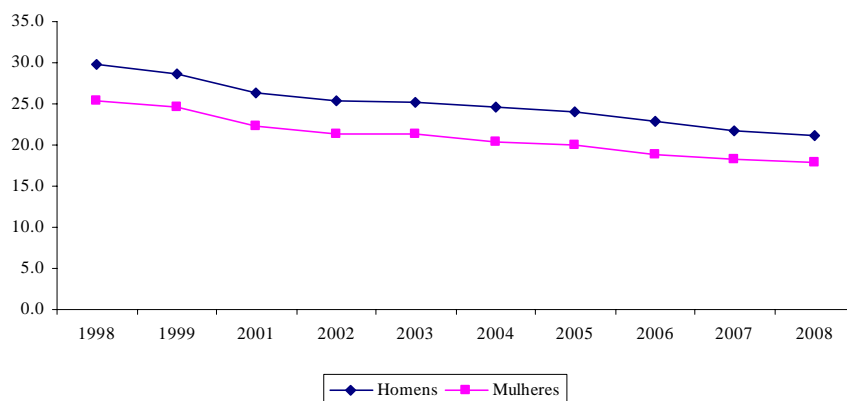
Em termos de taxa de analfabetismo, os gráficos 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9 a seguir apresentam dois indicadores que refletem realidades similares. Nos três primeiros gráficos, são apresentados os percentuais da taxa de analfabetismo quando se considera as pessoas de 15 anos ou mais de idade (esta é considerada uma medida padrão). Por sua vez, a segunda tabela contém informações referentes às taxas de analfabetismo funcional no qual se considera apenas adultos com 25 anos ou mais de idade. Esta medida ainda consiste de pessoas que possuem menos de 4 anos de estudo ou que ainda não completaram o primeiro ciclo do ensino fundamental (seria uma medida mais peculiar de incidência de analfabetismo).

Gráfico 3.4: Brasil – Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)



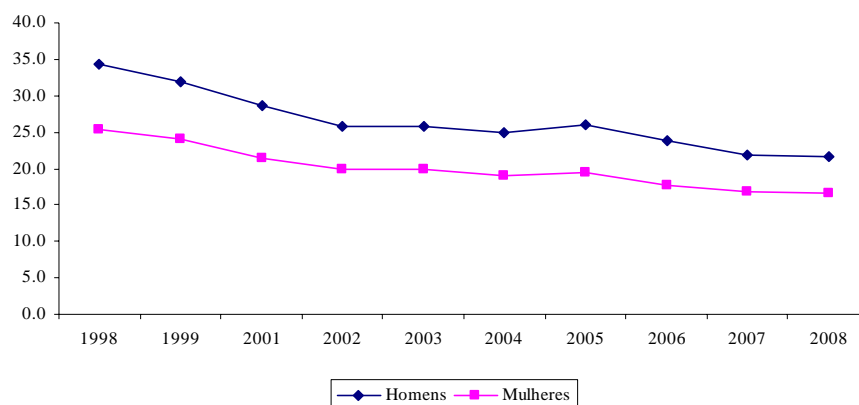
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.5: Nordeste – Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)



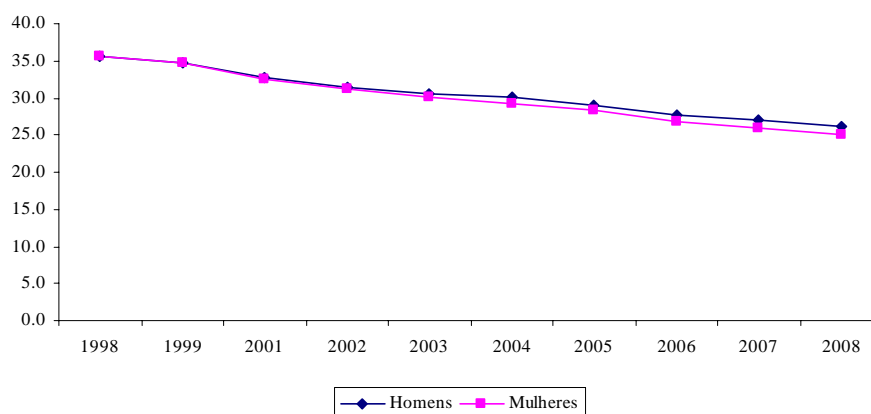
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.6: Ceará – Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)



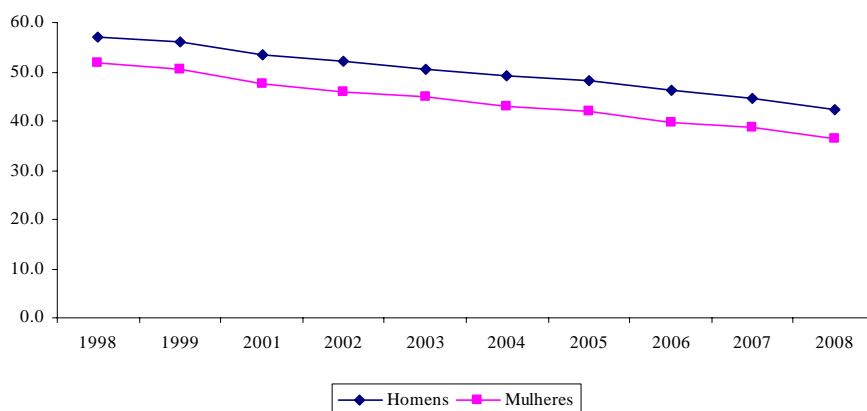
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.7: Brasil – Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos – 25 anos ou mais (%)



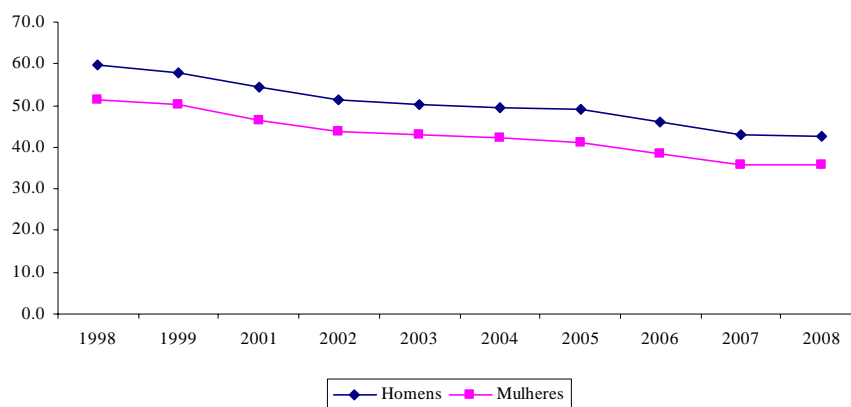
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.8: Nordeste – Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.9: Ceará – Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD

Quando se compara analfabetos com analfabetos funcionais, observa-se que os últimos, em ambos os sexos e nas três categorias geográficas, são bem superiores que os primeiros (ao longo da série, para cada ano, o percentual de analfabetos funcionais é quase sempre mais que o dobro dos analfabetos).

Dentro de uma perspectiva de longo prazo, isso parece ser reflexo dos baixos investimentos educacionais feitos no passado e que acabaram se refletindo na população mais adulta das gerações atuais. Contudo, os investimentos na área educacional nos últimos anos no Brasil têm demonstrando melhoras em diversos índices de educacionais, incluindo-se os indicadores de analfabetismo. Mais uma vez, as mulheres apresentam índices bem melhores que os homens apresentando diferenças significativas na Região Nordeste e no Estado do Ceará em relação ao que se observou no país.

Especificamente falando no caso do analfabetismo, quando se compara os anos de 1998 e 2008, os dois anos extremos da série, observa-se que o Brasil apresenta variações bem abaixo do Nordeste e do Ceará, talvez porque seus índices estejam em patamares bem mais baixos em 1998. Considerando o Estado do Ceará, a queda é vertiginosa chegando a uma redução de 12,6 pontos percentuais no caso dos homens.

Para o caso do analfabetismo funcional, enquanto o Brasil apresenta pouco mais de 1/3 de sua população analfabeta, Nordeste e Ceará apresentam, em ambos os sexos, mais de 50% de sua população inseridas nesta categoria. Ao final da

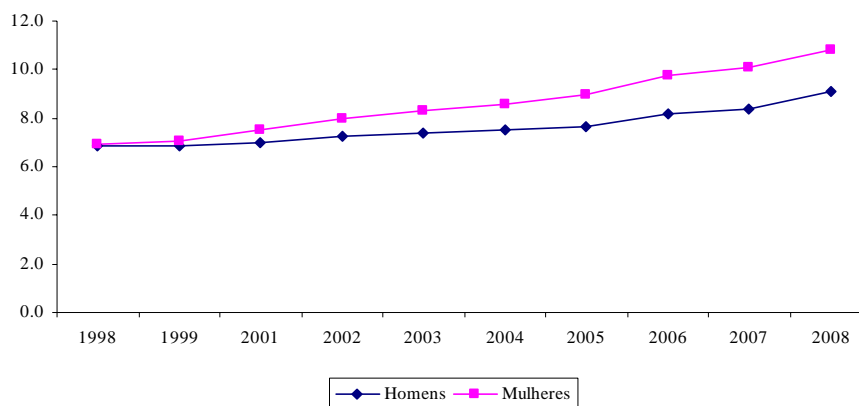
série, em 2008, os índices apresentam melhoras, mas ainda estão aquém do esperado.

3.3. Ensino superior

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado muito nos indicadores de ensino superior, apesar de ainda serem baixos quando comparado com países desenvolvidos e até mesmo com países de nível de renda similar. Neste sentido, os dados aqui apresentados irão procurar retratar de forma rápida como andam estes indicadores observando um quadro comparativo entre homens e mulheres.

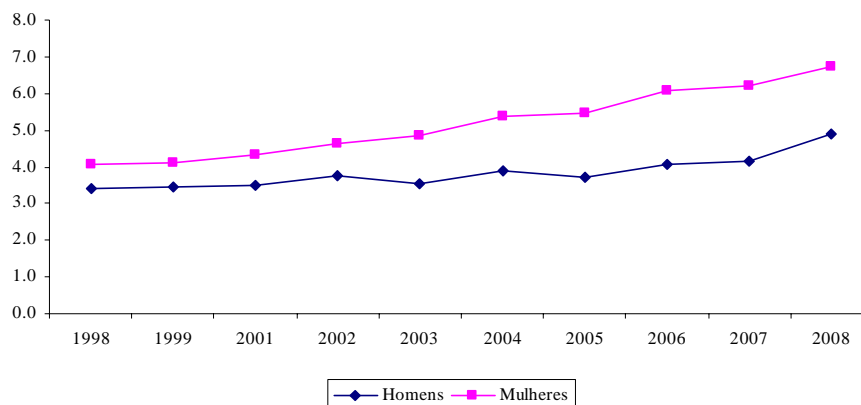
Deste modo, os gráficos 3.10, 3.11 e 3.12 a seguir apresenta os indicadores de pessoas que concluíram o ensino superior seccionado por gênero. Os dados mostram que ainda é preciso avançar ainda muito nesta linha. No caso do Brasil como um todo, nem mesmo 10% dos homens ainda possuem nível superior, apesar de quase 11% das mulheres já apresentarem.

Gráfico 3.10: Brasil – Percentual da População com Nível Superior Completo – 25 anos ou mais (%)



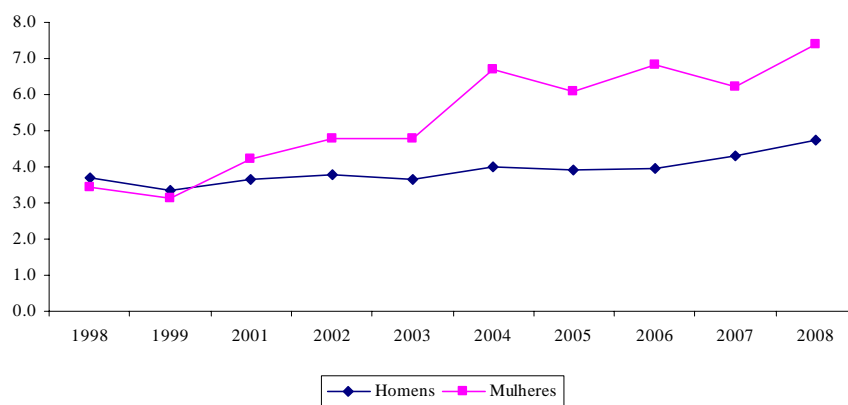
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.11: Nordeste – Percentual da População com Nível Superior Completo – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 3.12: Ceará – Percentual da População com Nível Superior Completo – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD

Os dados mais alarmantes estão na Região Nordeste e no Estado do Ceará. O que se observa nesses casos é que no início da série se tem um baixo estoque de capital na categoria, persistindo este baixo estoque dez anos depois. Por exemplo, nestas duas áreas geográficas, nem mesmo 5% dos homens chegam a possuir o ciclo de estudo completo do terceiro grau.

4. Trabalho e Emprego

Nesta seção, serão analisados alguns componentes referentes ao trabalho e emprego na medida em que a partir destas variáveis pode-se melhor inferir diferenças significativas entre os sexos haja vista o mercado de trabalho ser um revelador de desigualdade.

Para tanto, serão enfocadas três questões referentes à situação das pessoas no mercado de trabalho, a saber: taxa de participação, taxa de ocupação e desemprego. Além disso, será elencado o salário médio real dos dois grupos como forma de mensurar diferenças em termos de remuneração.

4.1. Taxa de Participação

O conceito de Taxa de Participação envolve o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA). Seguindo a definição, a PEA corresponde à soma dos ocupados mais os desocupados. Por sua vez, a PIA é a população de 10 anos ou mais de idade.

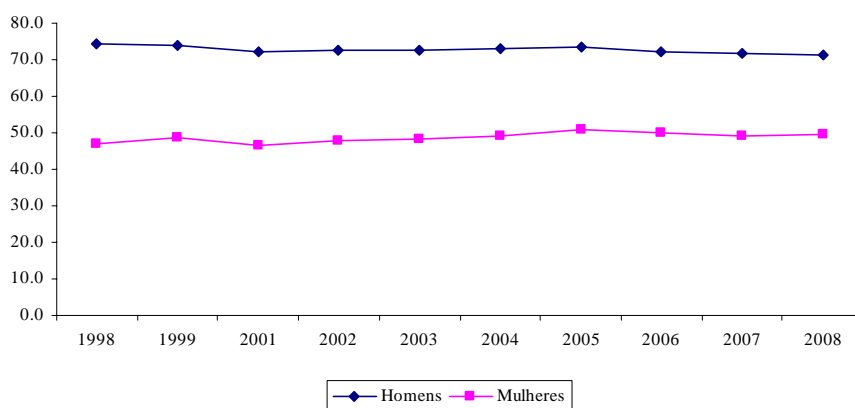
Portanto, a Taxa de Participação corresponde à razão entre PEA e a PIA. A taxa de participação é uma medida da extensão da população em idade ativa que é economicamente ativa. Assim, seria um indicador do tamanho relativo da oferta de trabalho disponível para produção de bens e serviços em um dado instante do tempo. A partir deste indicador, pode-se ter um perfil da distribuição da oferta de trabalho por sexo.

Nos gráficos 4.1, 4.2 e 4.3 a seguir pode-se observar que a Taxa de Participação para o Brasil, Nordeste e Ceará se assemelham bastante tanto no caso do sexo masculino quanto no feminino. Além disso, observa-se que a taxa dos homens vem se mantendo constante durante toda a série, enquanto que a das mulheres apresentou seguidas elevações, com exceção de pequenas oscilações para baixo na Região Nordeste e no Estado do Ceará.

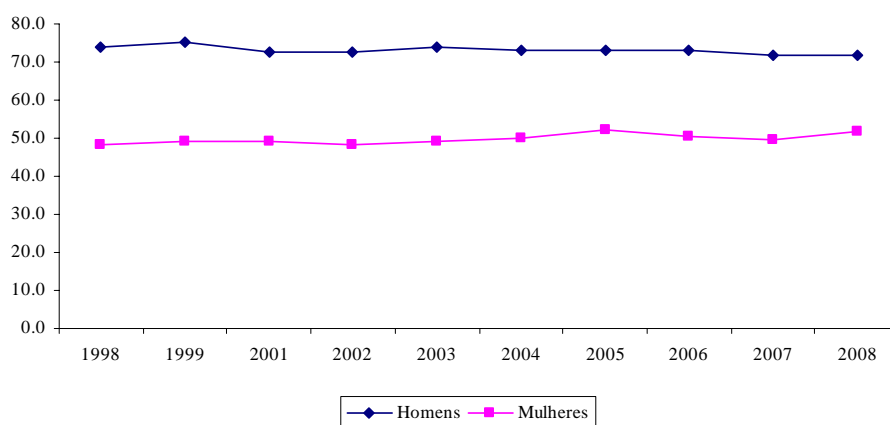
Essa diferença que surge entre homens e mulheres deve-se basicamente a entrada mais precoce dos primeiros no mercado de trabalho, o que implica uma maior oferta relativa de trabalho por parte deles em decorrência do ciclo de vida de cada um.

Gráfico 4.1: Brasil – Taxa de Participação – Razão Entre PEA/PIA

Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.2: Nordeste – Taxa de Participação – Razão Entre PEA/PIA

Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.3: Ceará – Taxa de Participação – Razão Entre PEA/PIA

Fonte: IBGE/PNAD

4.2. Taxa de Ocupação

A Taxa de Ocupação é definida como a proporção da PIA que está ocupada. Seria um indicador da capacidade da economia de criar novos empregos. É importante ressaltar que a Taxa de Ocupação da PNAD não capta outras informações relevantes do mercado de trabalho já que não leva em conta, por exemplo, informações no que tange aos rendimentos dos ocupados. Além disso, considera-se uma visão ampla de ocupação no qual, se inclui setor informal, subemprego e talvez condições precárias de trabalho.

Nos gráficos 4.4, 4.5 e 4.6 a seguir são apresentadas as taxas de ocupação de homens e mulheres para o Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. Semelhantemente a Taxa de Participação, a Taxa de Ocupação dos homens é superior a das mulheres em todas as áreas geográficas. Além do mais, é importante ressaltar que ao longo da série a taxa de ocupação do Brasil para os homens é ligeiramente inferior e para as mulheres ligeiramente superior quando comparadas com a Região Nordeste e o Estado do Ceará.

Gráfico 4.4: Brasil – Taxa de Ocupação – Proporção da PIA Ocupada



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.5: Nordeste – Taxa de Ocupação – Proporção da PIA Ocupada

Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.6: Ceará – Taxa de Ocupação – Proporção da PIA Ocupada

Fonte: IBGE/PNAD

4.3. Desemprego

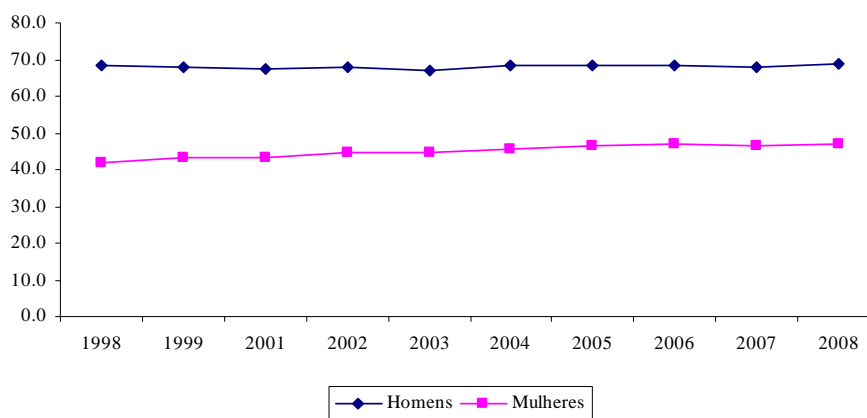
O desemprego é uma medida calculada a partir da razão do total de desocupados pela População Economicamente Ativa (PEA). Conforme pode-se observar nos gráficos 4.7, 4.8 e 4.9 a seguir, independentemente da área geográfica, a taxa de desemprego da mulher é superior a taxa de desemprego dos homens.

Esses dados podem instigar diversas questões: em primeiro lugar, pode ser intrínseco da mulher, em decorrência de decisões de fertilidade e até mesmo formação familiar, que ela opte por entrar mais tarde no mercado de trabalho e, assim, apresente uma maior taxa de desemprego. Atrelado a isso, a mulher pode

passar a alocar melhor seu tempo em investimento de capital humano, o que acaba refletindo em uma maior média de anos de estudo para elas, conforme foi observado acima.

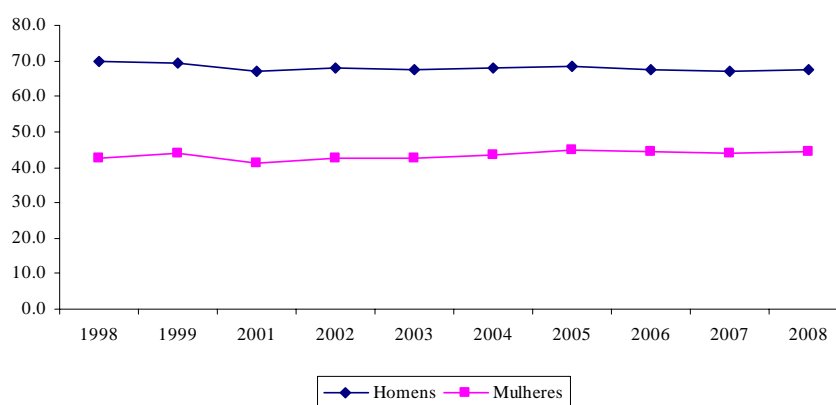
Outros fatores ligados a taxa de desemprego mais elevada das mulheres pode ser devido às combinações das diferentes *coortes* no mercado de trabalho ao longo dos anos. Neste sentido, é possível que determinadas *coortes*, em virtude de decisões de fecundidade e formação familiar das mulheres, estejam dentro ou fora do mercado de trabalho o que tende a elevar mais a taxa de desemprego em determinados períodos e diminuir em outros.

Gráfico 4.7: Brasil – Taxa de Desemprego – Desocupados da PEA

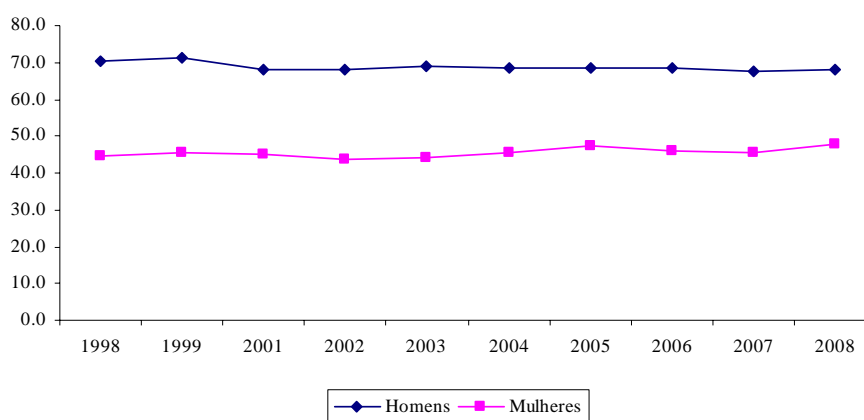


Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.8: Nordeste – Taxa de Desemprego – Desocupados da PEA



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.9: Ceará – Taxa de Desemprego – Desocupados da PEA

Fonte: IBGE/PNAD

4.4. Salário Médio Real

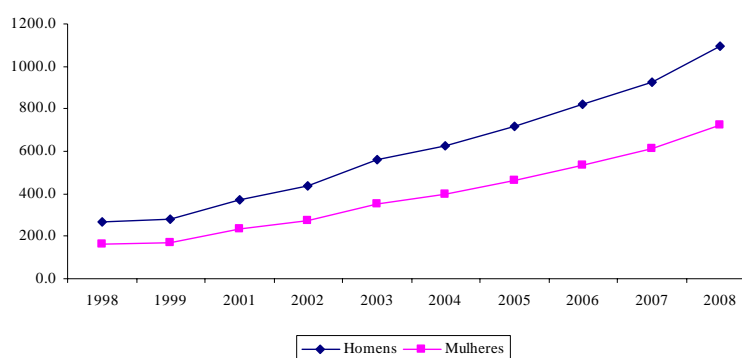
Os diferenciais de salário entre gêneros podem refletir diversos fatores do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, os diferenciais podem ser decorrentes de atributos produtivos das pessoas como, por exemplo, grau de escolaridade. Além disso, existem atributos não produtivos que podem refletir diferenças de salário, que seriam decorrentes de fatores puramente discriminatórios. Como forma de observar diferenças salariais entre homens e mulheres, os gráficos 4.10, 4.11 e 4.12 a seguir apresentam a evolução salarial de ambos os sexos considerando Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente.

Como forma de tornar toda a série comparável, os salários nominais foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tornando os salários a preços constantes de 2008. A partir dos dados, pode-se observar que, nas três áreas geográficas, os homens apresentam salários reais maiores que as mulheres em todos os anos. Além disso, em ambos os sexos, os salários são maiores no Brasil em relação ao Nordeste que, por sua vez, são maiores em relação ao Ceará.

Alguns questionamentos podem ser levantados de forma a entender quais fatores estão por trás destas dispersões salariais entre os sexos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar, conforme já explicitado nas seções anteriores, que a

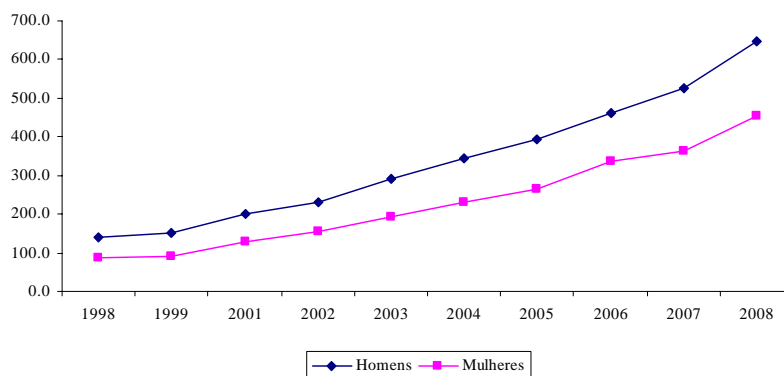
escolaridade das mulheres, em média, são mais elevadas que as dos homens o que implica dizer que, se o salário fosse condicionado com base apenas nos anos de estudo, as mulheres é que deviam ganhar mais que os homens. No entanto, outros fatores possíveis como experiência e discriminação podem explicar tais diferenciais, o que sugere que os mesmos têm um peso relevante na determinação salarial.

Gráfico 4.7: Brasil – Salário Médio Real



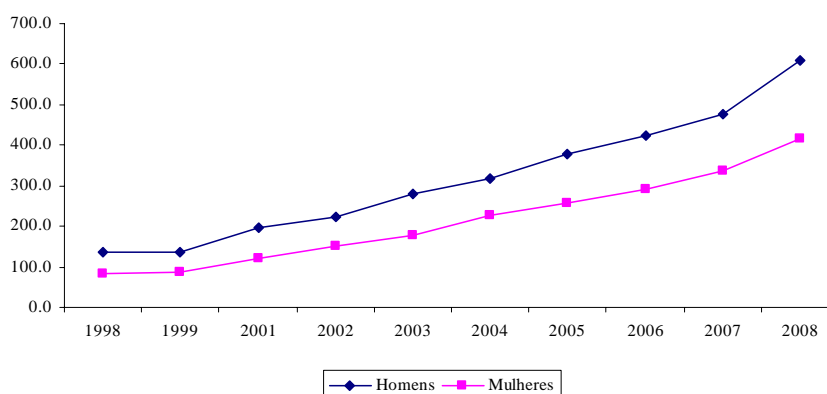
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.8: Nordeste – Salário Médio Real



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.9: Ceará – Salário Médio Real



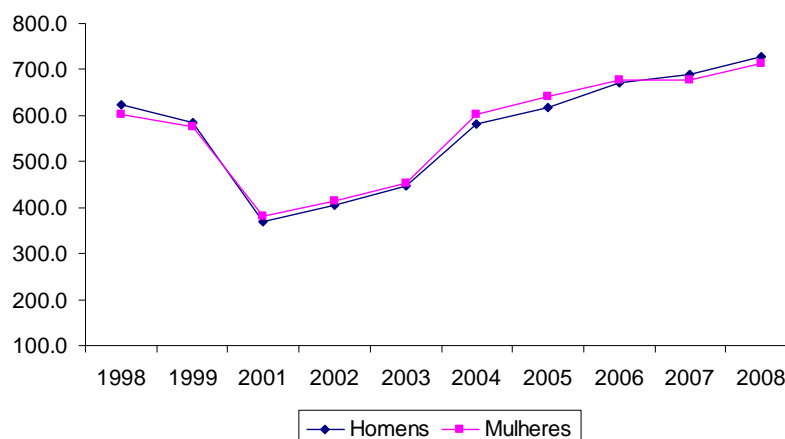
Fonte: IBGE/PNAD

5. Renda e Pobreza

A incidência da pobreza ainda é um dos problemas socioeconômicos graves que assolam a população brasileira, principalmente a população nordestina.

Os Gráficos 5.1, 5.2 e 5.3 apresentam o comportamento da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) para domicílios chefiados por homens e mulheres para as três dimensões geográficas consideradas.

Gráfico 5.1: Brasil – Renda Domiciliar *per capita* de Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres

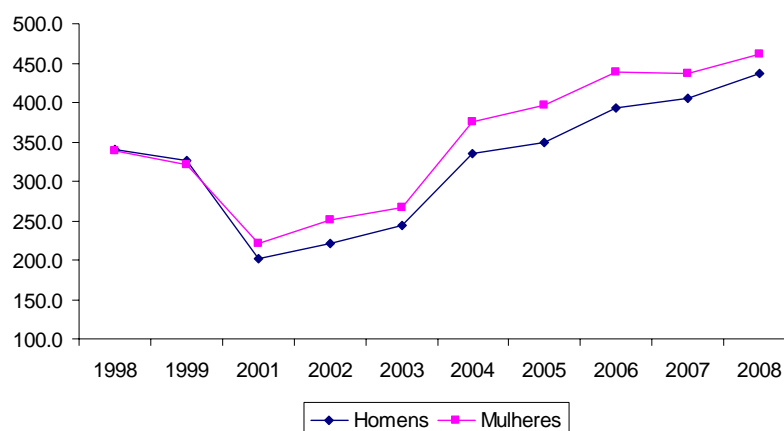


Fonte: IBGE/PNAD

Para o Brasil, o Gráfico 5.1 mostra que a RDPC dos domicílios chefiados com homens e mulheres apresentam um diferencial muito pequeno.

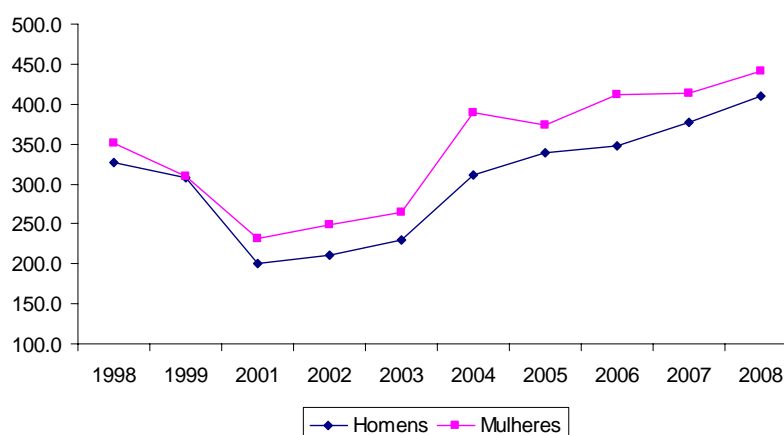
Com relação à Região Nordeste e ao Estado do Ceará é possível observar nos gráficos que a RDPC apresenta um diferencial positivo em favor dos domicílios chefiados por mulheres. Algumas razões podem ser apontadas para este fato como o fato de que transferências governamentais normalmente são recebidas pelas mulheres e que, famílias chefiadas por mulheres são menores.

Gráfico 5.2: Nordeste – Renda Domiciliar *per capita* de Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 5.3: Ceará – Renda Domiciliar *per capita* de Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres

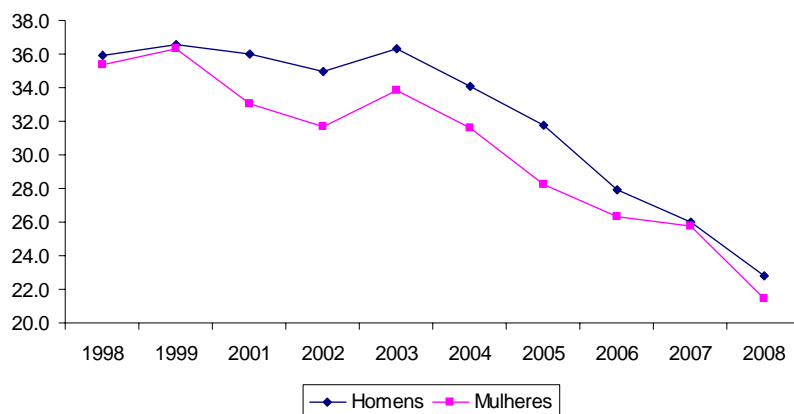


Fonte: IBGE/PNAD

A partir da medida de RDPC pode-se definir o *status* de pobreza dos indivíduos. Indicadores de proporção de pobres e de indigentes podem ser obtidos a partir da RDPC estabelecendo-se linhas de pobreza e indigência. É considerado pobre qualquer indivíduo que possua RDPC inferior a $\frac{1}{2}$ de salário mínimo, e é considerado indigente caso possua RDPC mensal inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

Seguindo a análise aqui realizada discriminam-se estes indicadores de pobreza para homens e mulheres e estes são apresentados nos gráficos abaixo.

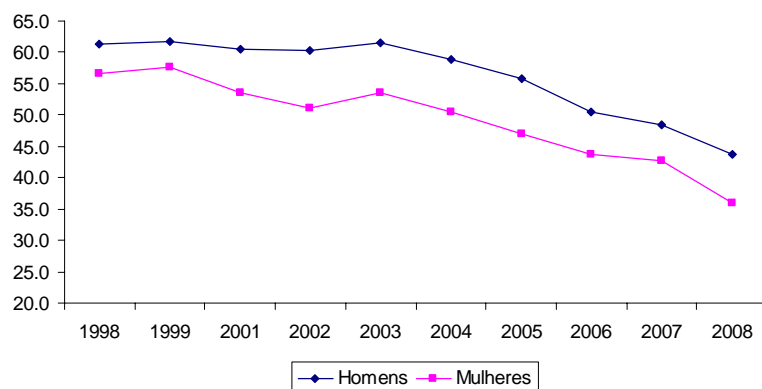
Gráfico 5.4: Brasil – Proporção de Pobres Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: IBGE/PNAD

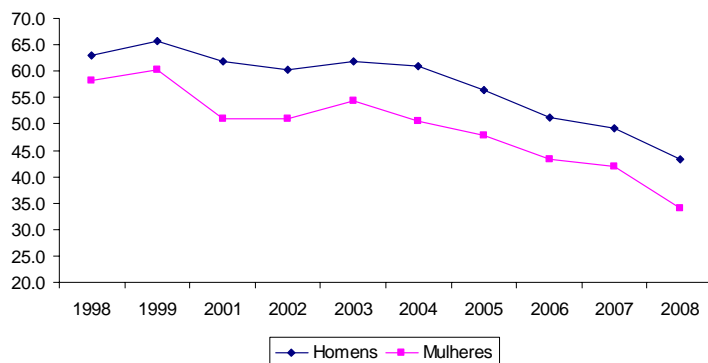
A proporção de pobres construída sob o critério acima apresenta uma queda considerável ao longo do período analisado, principalmente após 2003. Esta queda ocorre tanto para homens quanto para mulheres, sendo praticamente mantida uma menor proporção de pobres para domicílios chefiados por mulheres. Com relação a comparação entre as dimensões geográficas, nota-se que o indicador de pobreza sofreu maior queda quando consideramos o agregado para o Brasil.

Gráfico 5.5: Nordeste – Proporção de Pobres Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: IBGE/PNAD

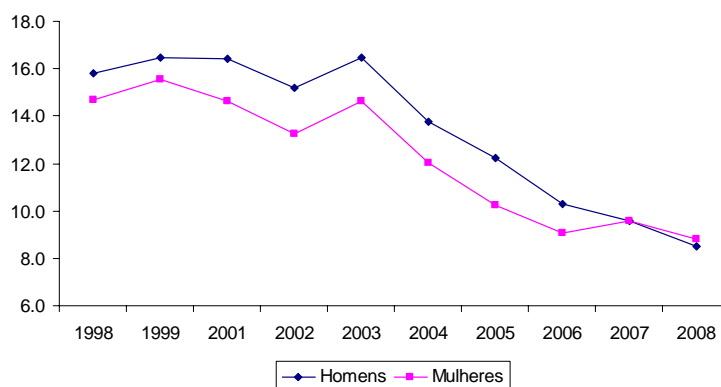
Gráfico 5.6: Ceará – Proporção de Pobres Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: IBGE/PNAD

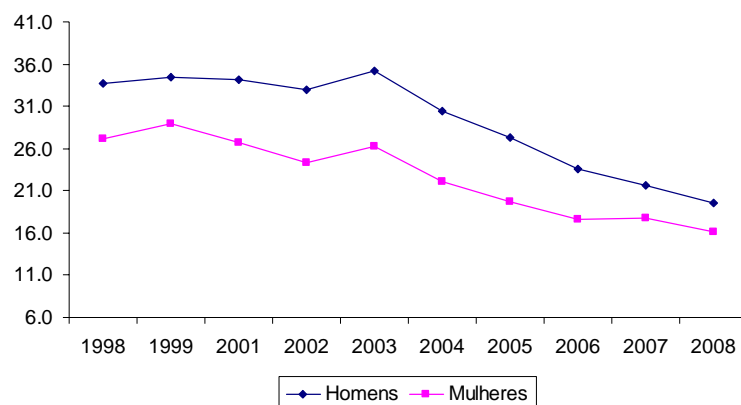
Com relação à proporção de indigentes também é possível observar uma queda deste indicador, mais acentuada a partir de 2003 da mesma forma que o indicador de pobreza. A proporção de indigentes segundo os domicílios chefiados por homens é maior, mas nota-se que parece existir uma tendência de redução da diferença em relação aos domicílios comandados por mulheres.

Gráfico 5.7: Brasil – Proporção de Indigentes Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



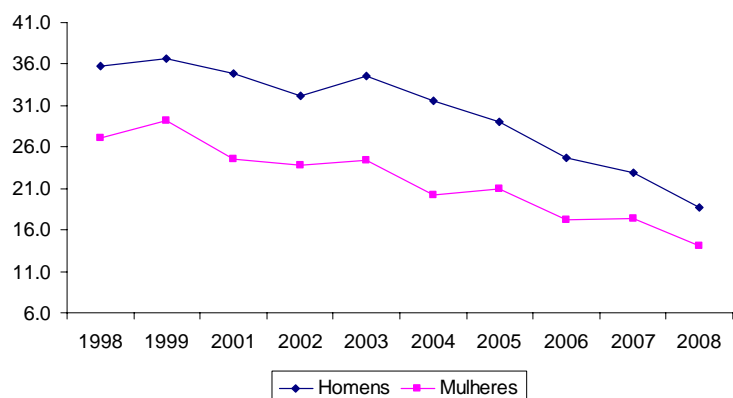
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 5.8: Nordeste – Proporção de Indigentes Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 5.9: Ceará – Proporção de Indigentes Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: IBGE/PNAD

6. Considerações finais

Este trabalho procurou analisar de forma sucinta através de uma análise sócio-econômica o perfil de gênero do Estado do Ceará a partir dos dados da PNAD. Do ponto de vista demográfico, observa-se uma distribuição simétrica entre os sexos com diferenças não significativas do ponto de vista relativo de acordo com a pirâmide etária descrita acima.

Em termos de escolaridade, o que se observou é que ao longo de toda a série a média de anos de estudo das mulheres é bem superior a dos homens chegando 2008 a representar uma diferença de 0,8 anos. Interessante observar quando esses dados são confrontados no mercado de trabalho já que as mulheres ganham, em média, menos que os homens. Por sua vez, os diferenciais educacionais entre homens e mulheres ficam ainda maiores quando se leva em consideração o percentual com pessoas de nível superior.

A questão do mercado de trabalho instiga ainda outras questões. Conforme visto, a taxa de ocupação das mulheres é inferior a dos homens, mas essas são questões que envolvem coortes de nascimento e decisões de fecundidade e formação familiar das mulheres. Tais fatores podem ser as explicações para o diferencial salarial entre homem e mulher, mesmo que elas tenham um maior grau de escolaridade.

Na questão da renda, os domicílios chefiados por mulheres apresentam maiores rendas domiciliares que os domicílios chefiados por homens assim como uma menor proporção de pobres. Talvez os programas de transferências de renda, no qual as mulheres são as responsáveis diretas pelo recebimento, sejam as explicações para estes fatores.